

Diversas Vozes, Muitos Dilemas

Discutindo o Programa Bolsa Família a Partir das Questões de Gênero e Empoderamento

Hareli Fernanda Garcia Cecchin¹

Temis Gomes Parente²

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.322-352>

Recebido em: 24/4/2016

Aceito em: 29/5/2017

Resumo

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de promover o alívio da pobreza por meio da transferência de renda. É expressivo o percentual de mulheres beneficiárias, pois são elas as titulares para o recebimento. Tendo isso em vista, esta pesquisa foi realizada no município de Babaçulândia (TO), no Acampamento Ilha Verde, com o objetivo de levantar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres desse Acampamento, com foco nas relações de gênero e empoderamento. Metodologicamente, utilizou-se a História Oral, via história narrada por meio da técnica de entrevistas. Como resultado do estudo, as mulheres relataram utilizar o benefício para a aquisição de alimentos, roupas e remédios. Nas entrevistas realizadas, nenhuma delas relatou ter participado de programas complementares ligados ao Bolsa Família, como cursos do Programa Bolsa Família ou do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A partir das discussões, e por meio das narrativas das mulheres, percebeu-se que o Programa Bolsa Família não provocou transformações no cotidiano das famílias do Acampamento Ilha Verde, pois as mulheres reproduzem as relações de gênero, como a dificuldade de tomar decisões quanto aos meios de produção, aceitação do papel de cuidadora, a identificação como principal responsável pelo cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, entre outros.

Palavras-chave: Gênero. Empoderamento. Programa Bolsa Família.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Graduada em Psicologia pelo Centro Educacional Luterano de Palmas-TO. Psicóloga na Universidade Federal do Tocantins. harelifernanda@gmail.com

² Doutora e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Professora da Universidade Federal do Tocantins. temis@mail.uft.edu.br

SEVERAL VOICES, MANY DILEMMAS: DISCUSSING THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM FROM GENDER AND EMPOWERMENT

Abstract

The Bolsa Família Program was created with the objective of promoting poverty alleviation through income transfer. The percentage of women beneficiaries is expressive, since they are the holders for the receipt. With this in mind, this research was carried out in the municipality of Babaçulândia (TO), at Acampamento Ilha Verde, aiming at raising the effects of the Bolsa Família Program on the daily life of the women of this Camp, focusing on gender relations and empowerment. Methodologically, Oral History was used, through history narrated through the interview technique. As a result of the study, women reported using the benefit for purchasing food, clothing and medicines. In the interviews, none of the women reported having participated in complementary programs linked to Bolsa Família, such as the Programa Bolsa Família or the Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). From the discussions, and through the women's narratives, it was noticed that the Bolsa Família Program did not provoke changes in the daily life of the Ilha Verde Camp families, since women reproduce gender relations, such as the difficulty of making decisions about the means Production, acceptance of the role of caregiver, identification as the main responsible for compliance with the conditionalities of the Programa Bolsa Família, among others.

Keywords: Gender. Empowerment. Bolsa Família Program.

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de promover o alívio da pobreza por meio da transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Visa também ao acesso das famílias às políticas públicas e oferece programas e ações complementares para que os beneficiários possam superar o ciclo da pobreza por meio da geração de renda. A introdução desse Programa no Brasil é relativamente recente, datando de 2003, e já é considerado uma experiência exitosa por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (JANNUZZI, 2013). Segundo dados do governo federal, entre os quase 14 milhões de famílias atendidas,³ 93% têm mulheres como titulares para o recebimento do Bolsa Família. Esse expressivo percentual de mulheres beneficiárias indica a necessidade de serem observados os efeitos do programa na vida das famílias de baixa renda, em especial das titulares do benefício.

Ponderando a amplitude do Programa e de seu público-alvo, considera-se a heterogeneidade dos beneficiários, uma vez que estes estão localizados em diferentes regiões geográficas, socioeconômicas e culturais do país. Morton (2013) salienta que as famílias que recebem o benefício não são iguais, daí a importância de estudos que possam contribuir para a análise dessa diversidade.

Esta pesquisa foi realizada no município de Babaçulândia (TO), no Acampamento Ilha Verde e teve como objetivo levantar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres beneficiárias, com foco nas relações de gênero e empoderamento. As questões de gênero e empoderamento das mulheres do Acampamento Ilha Verde foram observadas a partir das vozes das mulheres, à medida que elas relataram sobre seu cotidiano, o modo como lidam com o benefício do Programa, bem como a influência deste no orçamento doméstico, nas decisões tomadas na aquisição de pro-

³ Segundo dados do governo federal divulgado no Portal Brasil de 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cerca-de-93-dos-titulares-do-programa-bolsa-familia-sao-mulheres>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

ditos, no cumprimento de condicionalidades, na participação em cursos de geração de renda e atividades complementares. Buscou-se compreender em que medida o Bolsa Família consegue desencadear ou não um processo de empoderamento feminino, levando a uma maior autonomia das mulheres, ou, por outro lado, se tende a naturalizar o papel reprodutivo da mulher, restringindo seu espaço de emancipação. Os resultados encontrados na pesquisa foram comparados com outros estudos que discutem o Programa Bolsa Família com foco nas questões de gênero.

Metodologicamente, utilizou-se a História Oral,⁴ que visa ao contato direto com os sujeitos via história narrada, e a técnica da entrevista, que faz o registro da experiência humana (FREITAS, 2003), recompondo as vivências dos sujeitos (FERREIRA; GROSSI, 2002). A História Oral permitiu traçar as trajetórias das mulheres historicamente excluídas dos documentos escritos, como trabalhos literários, textos normativos, expressões artísticas, entre outros (SALVATICI, 2005).

Das modalidades de História Oral, utilizou-se a história temática (FREITAS, 2003), pois as entrevistas tiveram como foco um assunto específico: o modo como as mulheres do acampamento lidam com o benefício e como ele influencia nas questões de gênero em suas famílias. As entrevistas⁵ ocorreram na casa das beneficiárias, individualmente, e os critérios utilizados para a escolha das mulheres a serem entrevistadas foi: residirem no Acampamento Ilha Verde, serem as beneficiárias preferenciais do Programa Bolsa Família e serem casadas ou residirem com um companheiro, de modo que as relações de gênero pudessem ser observadas.

⁴ Segundo Portelli (2001), a História Oral é um gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita estão presentes e se desenvolvem em conjunto, de modo que falam sobre o passado e o presente. Desse modo, a história é vista como um ponto de vista, e por isso o interesse está no que é lembrado (BOSI, 1987), na “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005, p. 23).

⁵ Foram entrevistadas sete mulheres, com idades entre 24 e 48 anos. Elas têm de dois a oito filhos; em alguns casos, além dos filhos biológicos, elas cuidam de sobrinhos e netos. O grau de escolaridade varia entre o 5º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio completo.

O conceito de gênero aqui é compreendido como uma categoria teórico-metodológica, que tem por foco as “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 14). É uma categoria que busca compreender como, historicamente, homens e mulheres foram categorizados de forma diferente, em oposição binária, numa construção hierárquica em que o homem ocupa uma posição de superioridade, dominação, racionalidade, e a mulher encontra-se em uma posição de inferioridade.

Apesar da subordinação feminina,⁶ há um processo de mudança denominado empoderamento, no qual as mulheres buscam o poder dentro de si mesmas para desenvolver suas potencialidades, não de modo impositivo ou hierárquico, mas de modo criador, com a possibilidade de construir e reconstruir a si mesmas (HORTA; CARRILLO; ZAPATA-MARTELO, 2015). Para Zapata-Martelo et al. (2008), existem três tipos de empoderamento – pessoal, nas relações interpessoais e no coletivo – que se dão em âmbitos diferentes, mas que possuem uma relação entre si. Cada tipo de empoderamento possui fatores impulsionadores e inibidores, que serão discutidos a partir das entrevistas realizadas.

Quando das discussões que versam sobre gênero e empoderamento, buscou-se compreender, a partir de dados, o município de Babaçulândia e o Acampamento Ilha Verde, em relação a questões populacionais, econômicas e históricas e se o Programa Bolsa Família, dentro deste contexto geográfico, estava contribuindo ou não para que as mulheres do Acampamento Ilha Verde se empoderem.

⁶ A subordinação feminina está relacionada ao poder distribuído diferentemente entre homens e mulheres, por meio de mecanismos culturais que tendem a naturalizar os papéis sociais de ambos e legitimar a supremacia masculina na sociedade (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012). Para as autoras, no entanto, essas relações não são dicotômicas e maniqueístas, mas mutáveis e transformáveis, pois ninguém detém unicamente o poder.

Retrato da Desigualdade Social no Município de Babaçulândia

A pesquisa foi realizada no Acampamento Ilha Verde, localizado no município de Babaçulândia, no interior do Estado do Tocantins, distante 446 quilômetros da capital, Palmas. Esse município, de acordo com o último Censo Demográfico (2010), contava com 10.424 habitantes – 5.540 homens e 4.884 mulheres – com 47,29% das pessoas residentes em área urbana e 52,71% em área rural (INSTITUTO..., 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)⁷ de Babaçulândia está avaliado em 0,642 (INSTITUTO..., 2010), considerado médio e indicando a demanda por desenvolvimento da localidade. Conforme dados do Censo IBGE 2010, disponíveis nos Relatórios de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a extrema pobreza atinge homens e mulheres, embora os homens sejam maioria, em uma diferença estatística de mais de 10% (44,3% das mulheres e 55,7% de homens). Os números também mostram que a maioria é composta por negros (22,6% designaram-se como brancos e 77,1% como negros – destes, 2,9% se declararam pretos, 74,2% pardos e 0,3% amarelos ou indígenas) (BRASIL, 2015).

O Acampamento Ilha Verde situa-se na zona rural do município de Babaçulândia, às margens do Rio Tocantins que se transformou em lago com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, em uma área de propriedade do Consórcio Estreito Energia (Ceste). Trata-se de uma comunidade formada por 37 famílias, organizadas em pequenos lotes de terra. Todos reivindicam uma indenização por parte do Ceste e explicam que não desocuparão a área até que a questão seja resolvida. Eles se declaram membros do Movimen-

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido por um economista paquistanês e é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) desde 1993. Os critérios utilizados para a elaboração do índice são: renda, longevidade e educação. O IDH varia de 0 a 1, sendo de baixo desenvolvimento as localidades que atingem menos de 0,499, de médio desenvolvimento as com notas entre 0,500 e 0,799 e de alto desenvolvimento aquelas com pontuação superior a 0,800.

to dos Atingidos por Barragens (MAB)⁸ devido ao fato de não terem sido indenizados pelo Ceste na época da construção da barragem, uma vez que o empreendimento alagou suas terras ou impediu a continuidade de suas atividades econômicas. Essa questão é importante para a pesquisa, uma vez que esta situação aumentou a vulnerabilidade social das famílias e pode ter causado mudanças nas relações de gênero.

O termo acampamento geralmente remete aos tradicionais agrupamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No caso do Acampamento Ilha Verde, contudo, a comunidade se organiza de modo diferente do MST, em que em geral se constroem pequenas casas, próximas umas das outras, às margens de rodovias e estradas ou em fazendas (FIGUEIREDO; PINTO, 2014), situadas em locais provisórios até a conquista da terra – que costuma ser concedida em uma localidade muito diferente de onde se encontra o acampamento. No Acampamento Ilha Verde, localizado na zona rural de Babaçulândia-TO, as casas são feitas de madeira e cobertas de palha, construídas no local onde a comunidade deseja a posse da terra.

A busca por estudos sobre o Programa Bolsa Família mostrou que o público da zona rural parece ser o que recebe menor foco, uma vez que boa parte das pesquisas com beneficiários deste Programa localiza-se na zona urbana (MARIANO; CARLOTO, 2009; BARROS, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; NADÚ; SIMÃO; FONSECA, 2013). Lisboa e Lusa (2010) consideram de suma importância debruçar-se sobre o contexto das mulheres rurais, que possuem condições diversas daquelas que vivem no perímetro urbano, como no caso do direito à propriedade (até pouco tempo restrito aos homens, o acesso e manejo dos recursos, a dificuldade de acesso às políticas públicas, entre outros.

⁸ O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado em 1988 a partir da unificação das demandas de pequenos agricultores que, em diferentes lugares do país, perdiam suas propriedades ou parte destas devido ao projeto de expansão assumido pelo setor elétrico brasileiro (FRAGA, 2013).

As famílias do Acampamento Ilha Verde residem no local há quatro anos. Ainda não há energia elétrica, nem água encanada ou esgotamento sanitário. A água do rio represado é imprópria para o consumo e para cozinhar, devido à decomposição da vegetação que não foi retirada da área alagada – por isso a água utilizada para o consumo vem da cidade. As mulheres do acampamento são as mais impactadas com esse contexto, uma vez que são as responsáveis pelo cuidado da casa e dos membros da família. Também são elas que gerenciam o consumo de água nas casas. A falta de infraestrutura faz com que essas mulheres tenham de dedicar muito tempo para realizar as atividades domésticas.

Com relação ao Programa Bolsa Família, as narrativas das mulheres mostraram que no Acampamento Ilha Verde o valor mínimo recebido por elas é de R\$ 147,00; e o valor máximo é de R\$ 345,00; conforme o número de pessoas que compõem o grupo familiar. Em geral, com a venda de produtos na feira, elas tendem a ganhar até três vezes mais do que recebem no Programa. Todas elas estão no acampamento desde o seu início, há quatro anos. E todas relataram já serem beneficiárias do Bolsa Família antes de irem morar no acampamento. Essa relação das mulheres com o Programa será discutida na seção a seguir.

O Programa Bolsa Família na Voz das Mulheres do Acampamento Ilha Verde

Este tópico analisa as pesquisas existentes sobre o Programa Bolsa Família a partir das questões de gênero e empoderamento. O debate de diversos autores permite a análise das narrativas das mulheres do Acampamento Ilha Verde e compreender em que medida o valor pago conseguiu promover a autonomia das mulheres ou se, por outro lado, não contribuiu para mudanças significativas em sua condição de vida.

Boa parte dos trabalhos tem como lócus de pesquisa um município ou uma comunidade (MOCELIN, 2011; ABREU, 2012; BARROS, 2012; MORTON, 2013; NADÚ; SIMÃO; FONSECA, 2013; MARIANO; CARLOTO, 2013). Outro estudo aborda os dados do Programa Bolsa Família em âmbito nacional, utilizando-se de pesquisa quantitativa (MESQUITA, 2007). Entre os estudos que focam um município não foram encontradas pesquisas sobre o Programa em acampamentos. Os resultados das pesquisas divergem entre si. Para alguns autores não houve mudança nas relações de gênero (BARROS, 2012; SOUSA, 2013) porque o Bolsa Família não proporcionou autonomia às mulheres beneficiárias (MOCELIN, 2011). Houve pouco ou nenhum empoderamento (SILVA, A. P. B., 2012), e as mulheres só obtiveram mais controle e poder de decisão nas áreas em que historicamente sempre tiveram domínio: gastos com a aquisição de bens alimentícios, remédios, beleza pessoal e despesas do domicílio, além de bens de pequeno e maior valor (RIOS, 2011).

Mariano e Carloto (2013) apontaram que as mulheres tornam-se mais respeitadas pelos membros de sua família em virtude do recebimento do benefício do Bolsa Família, sobretudo entre aquelas que são chefes de família, em maior proporção do que aquelas que possuem marido. O benefício significaria uma maior possibilidade de cuidar dos filhos e manter as condições básicas para a sobrevivência deles, “fortalecendo seu papel na coesão social do grupo doméstico pelo qual são responsáveis” (BRASIL, 2006, p. 2), o que revela que uma mulher pode ser mais respeitada por receber benefícios socioassistenciais quando ela é a responsável pela sobrevivência da família, ou seja, quando ela assume o papel que antes era tido como masculino, o de provedor do lar. De acordo com a pesquisa de Maisa Miralvada Silva (2012), o benefício garante às mulheres maior poder de compra, mas elas não se sentiram mais independentes ou mais respeitadas no ambiente familiar.

No caso das famílias do Acampamento Ilha Verde, em geral a mulher opina sobre o que vai ser comprado com o benefício e com a renda familiar como um todo (em muitas casas, tanto a renda da feira quanto o benefício do

Bolsa Família são utilizados em conjunto). Segundo o relato de Aparecida, as compras são feitas por ela, apesar de o esposo acompanhá-la em algumas ocasiões:

Tem vez que vou mais Shirlene, outras vou com Luiz (esposo), às vezes eu vou só. Faço as compras e venho embora. [...] nós só faz pensar, “não, vamos comprar isso”, aí nós vai lá e compra. Aí nós deixa o dinheiro, não gasta, nós deixa o dinheiro pra aquele tipo de coisa, aí nós vamos lá e compra. Igual o motorzinho de luz. Nós mexemos com a horta nós precisamos do motorzinho de luz. Aí nós fomos lá, comprei o motor de luz, depois eu arrumei outro dinheiro, comprei a bomba e os cano pra molhar o canteiro, pra ficar mais melhor pra gente dar conta da horta.⁹

Conforme esse relato, Aparecida usa a renda da família para comprar instrumentos que diminuam o tempo gasto com a horta, uma de suas obrigações, reduzindo o tempo que ela investe nessa tarefa. É possível perceber que, além de adquirir produtos domésticos para a subsistência da família, ela investe em meios de produção. Embora sutil, essa é uma questão importante, uma vez que no sistema capitalista, fortemente marcado pelo patriarcado, os homens sempre foram os detentores dos meios de produção. Brumer (2004), ao relatar a situação da mulher na agricultura familiar, observa que cabe aos homens conduzir o processo decisório referente aos investimentos relacionados à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a colheita seguinte. No caso de Aparecida, ela consegue inverter essa lógica: é responsável não só pelas despesas destinadas ao consumo doméstico, mas também administra os recursos que serão investidos na atividade econômica da família, o cultivo de hortaliças. A entrevistada continua, falando da aquisição de um eletrodoméstico para conservar os peixes que serão vendidos na feira, subsidiando a atividade pesqueira e diminuindo o seu custo:

⁹ Entrevista realizada na casa de Aparecida, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

É. O gelo é muito caro pra gente tá comprando, porque nós compra as coisas de comer, compra gasolina pra pescar e o gelo, aí quando eu chego da pescaria, o peixe como é pouco, não dá pra tudo, aí eu comprei o freezer e fico pagando a prestação, e faço o gelo e vou pescar com o meu gelo sem comprar gelo. [...] Aí só paga a gasolina. [...] É. Compro remédio se precisar, eu faço tudo, compro rede pra pescar.¹⁰

Nesse relato observa-se que Aparecida inicia dizendo “*nós compra as coisas de comer*”, mas posteriormente diz “*eu comprei o freezer*”, demonstrando que se trata de uma decisão dela, no entanto há uma mistura do público e do privado, pois quando ela fala dos meios de produção, diz “nós”. Para a História Oral, a memória do sujeito está imersa em uma memória social, familiar e grupal, e por isso o discurso situa-se numa fronteira entre o seu modo de ser e o de sua cultura (BOSI, 1987).

Quando Aparecida fala nas atividades de pesca e no cultivo da horta, ela diz “eu”, denotando que no caso dos meios de produção ela não pode decidir sozinha ou explicitar que tenha sido uma decisão somente dela. A postura de Aparecida revela uma opressão internalizada, um fator inibidor do empoderamento presente em todas as dimensões, de acordo com Zapata-Martelo et al. (2008). Está relacionado à aceitação, por parte das mulheres, do papel de cuidadora e da ordem existente como algo natural, intocável e dado.

Na pescaria e no cuidado com a horta, no entanto, Aparecida vai sozinha, realiza a atividade sem ajuda de outrem. As questões de gênero encontram-se muito imbricadas, a ponto de as mulheres do Acampamento Ilha Verde não a perceberem. Sobre isso, Saffioti (2009) explica que o gênero não é só uma maneira de significar relações de poder na tradição, mas de estruturar os modos de perceber e organizar, tanto de forma concreta como simbólica, a vida social de homens e mulheres.

¹⁰ Entrevista realizada com Aparecida, citada anteriormente.

Conforme a maioria das pesquisas, a mulher é a responsável pelo saque do benefício e pela decisão do que fazer com o dinheiro (MOCELIN, 2011; BARROS, 2012; SILVA, A. P. B., 2012). Esse comportamento também foi observado nas famílias do Acampamento Ilha Verde, pois todas as mulheres relataram que são elas que sacam o benefício. Quando questionada sobre quem é a pessoa responsável por sacar o dinheiro, Alcione relata:

É eu que vou tirar. [...] Sempre eu vou sozinha, porque eu faço compra mais é em Araguaína, eu não ando fazendo compra aqui na minha cidade, porque as coisas é mais em conta lá, né? Mas sempre eu vou sozinha. Senão eu levo o menino, filho. [...] Eu já levo a minha listinha, que pra fazer compra, eu gosto de levar a lista pra não esquecer de alguma coisa.¹¹

A decisão do que fazer com o dinheiro recebido do Bolsa Família é um poder que a mulher já tinha antes do recebimento do benefício, pois trata-se de algo atribuído a ela e que está relacionado com sua responsabilidade no cuidado com as crianças e a casa (SILVA, A. P. B., 2012). Nadú, Simão e Fonseca (2013) destacam que o benefício recebido, por um lado, possibilitou um aumento do poder de consumo, mas por outro não permitiu a expansão das habilidades para as mulheres fazerem escolhas mais estratégicas, uma vez que a transferência de renda veio atrelada a uma rede de obrigações que reforçam o seu papel social (NADÚ; SIMÃO; FONSECA, 2013).

As pesquisas de Rios (2011) e Freitas (2011) descrevem que as mulheres relataram que conseguiram se expressar com mais liberdade após o ingresso no Programa Bolsa Família, o que significaria uma mudança nas relações de gênero, ainda que de forma muito sutil. A maioria delas, no entanto, não passou a ter poder de decidir por si só outras questões familiares que não dizem respeito à aquisição de alimentos e vestuário (RIOS, 2011). Os resultados das pesquisas ressaltaram que o benefício é sempre utilizado em favor dos filhos ou das despesas da casa (MOCELIN, 2011; RIOS,

¹¹ Entrevista realizada na casa de Alcione, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

2011; BARROS, 2012; SILVA, A. P. B., 2012; MORTON, 2013), como um reforço da renda familiar, no auxílio ao combate à fome (RIOS, 2011), e nunca para atividades que empoderem a mulher, como: custeio de cursos, uso para investimento em ações empreendedoras e/ou de capacitação, que lhes permitiria o aumento da renda e da visibilidade social.

Para compreender como se dá a administração do benefício do Programa Bolsa Família no Acampamento Ilha Verde, é preciso compreender a renda familiar como um todo, uma vez que todas as mulheres entrevistadas vendem produtos na feira,¹² o que lhes garante um recurso a mais. Apesar disso, nos relatos é referido que as famílias não separam essas duas fontes de recurso financeiro, como pode ser observado no depoimento de Aparecida:

Vendendo as coisas na feira. Na feira eu faço mais do que o Bolsa Família. [...] É, eu compro roupa pros meninos, eu compro remédio, muitas vezes eu compro umas coisas fiado, sabe, aí quando chega aquela data daquele dinheirinho ali, eu já tiro e pago aquela conta, pago dia de serviço pra ajudar na horta, tira do Bolsa Família, tira da horta, já pago diária pra me ajudar. [...] Tenho um freezer que eu comprei pra fazer gelo pra mim pescar. Aí pago, eu boto um pouco do Bolsa Família e ponho um pouco da feira e do dinheiro dos peixes e pago o freezer.¹³

Na entrevista, percebe-se que a maior parte do trabalho no Acampamento Ilha Verde é realizado pelas mulheres, tanto o cuidado com a casa e os filhos como a atividade econômica de produção de verduras para comercialização na feira. No caso das atividades que a entrevistada não consegue

¹² A feira acontece na área urbana de Babaçulândia, duas vezes por semana (sexta-feira e sábado) no período matutino. As mulheres e os homens trabalham de domingo a quinta-feira no cultivo de hortaliças, na pescaria e no preparo dos alimentos para a venda. O poder público municipal concede transporte gratuito para levar a comunidade, junto com seus produtos, para a cidade, facilitando a comercialização dos gêneros alimentícios produzidos. Logo após a feira, essa população retorna para o acampamento com esse mesmo transporte.

¹³ Entrevista realizada na casa de Aparecida, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

executar, ela terceiriza, pagando “diárias” para que algum homem as faça. Seria inviável para Aparecida adquirir o *freezer* e terceirizar algumas atividades sem a renda do Programa Bolsa Família.

O programa possibilitou a compra de instrumentos que ajudassem as mulheres a desenvolver as atividades com a horta, no entanto não contribuiu para empoderar essas mulheres, uma vez que estão sobrecarregadas com tantas atividades. A falta de apoio do companheiro é um fator inibidor do empoderamento no âmbito das relações interpessoais, uma vez que sobrecarrega as mulheres e as impede de realizar outras atividades (ZAPATA-MARTELO et al., 2008).

Na pesquisa de Morton (2013), só as beneficiárias do Programa Bolsa Família de domicílios mais prósperos conseguiram mudanças, a partir da aquisição de bens duráveis como eletrodomésticos e animais de grande porte (bovinos). Já as mulheres mais pobres acabavam usando o dinheiro para comprar produtos alimentícios, embora algumas recorressem ao que elas consideram “segredo”, poupando uma parte do dinheiro sem que o marido soubesse para posteriormente comprar algo de maior valor.

Esta pesquisa coaduna com as anteriormente mencionadas, pois as mulheres do Acampamento Ilha Verde também relataram utilizar o benefício para manter a sobrevivência da família, uma vez que é empregado na aquisição de alimentos, roupas e remédios, como pode ser percebido no relato de Janete: “É eu e ele. [...] Ah, do Bolsa Família é eu. Eu compro uma feirinha, pago alguma conta que estou devendo. [...] Às vezes eu compro umas roupas pros meninos, calçado. [...] Compro leite pra elas [filhas]”.¹⁴

Quando é possível, o benefício é usado para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Em geral, a mulher se vê como mantenedora da família e não investe nenhuma parte do dinheiro em si. Isso coincide com os resultados dos estudos de Barros (2012) e Morton (2013). Na pesquisa de Rios (2011),

¹⁴ Entrevista realizada na casa de Dona Janete, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

em 60,62% dos relatos o benefício é usado para aquisição de alimentos e, em 21,25%, para aquisição de material escolar, além de bens diversos para o lar. Rego e Pinzani (2014) destacam que os fatores culturais e sociais, além da própria condição feminina, influenciam a forma de usar o dinheiro, conferindo-lhe significados específicos. Essa questão impede o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, considerado um fator impulsionador do empoderamento na dimensão pessoal (ZAPATA-MARTELO et al., 2008). As mulheres, portanto, não têm oportunidade de se apropriar de novos conhecimentos, o que barra seu desenvolvimento pessoal.

Para além de como o benefício é gasto, observou-se a compreensão do programa por parte de seus beneficiários, uma vez que sua operacionalização não se resume ao pagamento de um valor monetário, mas implica também o cumprimento de condicionalidades,¹⁵ a participação em grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e em programas de qualificação profissional.

Durante as entrevistas foi possível constatar que algumas mulheres do Acampamento Ilha Verde não compreendem bem como o Programa Bolsa Família funciona. Euglene diz não receber o benefício pelo fato de não ser mãe das crianças que vivem com ela: *“Porque uma é neta e a outra é sobrinha, sabe? Aí, decido isso essa aqui tá com seis meses que tá comigo e essa outra já tem mais tempo, só que eu não consegui ainda fazer a Bolsa Escola delas, Bolsa Família.”*¹⁶

Na sua fala Euglene observa que, no seu entendimento, um dos critérios para ser beneficiário do programa é ter filhos, ser sua mãe biológica. O critério para inclusão no Programa é a renda familiar mensal, que deve ser de até R\$ 170,00 por pessoa e não a presença de crianças no domicílio. Em outro momento da entrevista ela se refere ao Programa como Bolsa Escola

¹⁵ As condicionalidades se constituem nos requisitos para que as famílias continuem recebendo o benefício, como manter os filhos na escola e garantir-lhes acompanhamento de saúde, com calendário de vacinação atualizado, entre outros. Em caso de descumprimento, a família pode deixar de receber o valor monetário do Programa Bolsa Família.

¹⁶ Entrevista realizada na casa de Euglene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

(extinto há mais de dez anos). Ou seja, não conhece os critérios para entrada no Programa. Euglene refere-se ao “*Bolsa Escola delas*”, como se o benefício fosse para as crianças e não para a família.

Esse desconhecimento também gera confusão com outras políticas públicas, pois algumas mulheres confundiram os entrevistadores do Cadastro Único com os agentes de saúde, como no caso de Janete, quando questionada sobre o que é preciso fazer para não perder o benefício: “*Pesar, vacinar. Não perder aula no colégio. [...] É. Vem aqui, vem um agente de saúde que ele sempre avisa aqui quando é pra pesar, não é todo mês, não sei se é de seis em seis meses parece.*”¹⁷

Aparecida também se confunde quando questionada sobre se os agentes do Programa Bolsa Família a visitam: diz que nunca foram a sua casa, que ela nunca viu, pois é visitada apenas pelo agente de saúde.¹⁸ O esposo de Aparecida também se confunde: “*O menino vem aqui, o agente de saúde fez um cadastro, não sei se era esse negócio desse Bolsa Família. Eu sei que ele procurou tudo desses negócio.*”¹⁹

Percebe-se, pelas falas, que não só as mulheres, mas uma parte dos moradores do Acampamento não tem clareza da distinção entre as políticas públicas, confundindo os agentes públicos da Assistência Social e da Saúde. A falta de apoio das autoridades constitui um fator inibidor do empoderamento na dimensão coletiva (ZAPATA-MARTELO et al., 2008). Percebe-se que em virtude da ausência de divulgação, por parte do poder público, sobre o Programa Bolsa Família e a política de Assistência Social, as mulheres se mantêm à margem dos canais de apoio governamental.

¹⁷ Entrevista realizada com Janete, citada anteriormente.

¹⁸ Entrevista realizada com Adriana, citada anteriormente.

¹⁹ Entrevista realizada com Aparecida, que teve a participação de seu esposo, presente no momento da entrevista e fez essa fala.

As falas também demonstram que o aspecto mais conhecido do Bolsa Família, pelas mulheres, são as condicionalidades, ou seja, o que fazer para não perder o benefício. Elas desconhecem que um dos objetivos do Programa é estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2004) por meio de ações e programas complementares, com o oferecimento de cursos profissionalizantes para os beneficiários, bem como acompanhamento psicossocial (via Paif), buscando o desenvolvimento das famílias e a superação das situações de vulnerabilidade. Isso poderia ser apontado como um fator de desempoderamento dessas mulheres, uma vez que, por desconhecimento, também não exigem o serviço como deveria ser prestado.

Outras mulheres, no entanto, já demonstram ter mais conhecimento sobre o Programa Bolsa Família. É o caso de Valderice, líder do Acampamento, que destaca que o programa conta com visitas domiciliares e encontros grupais na cidade, e que as famílias precisam ir até lá para pegar o cartão magnético:

Eu acompanhei ele assim, várias vezes assim. Ele tem um controle muito rígido. [...] Porque eles fazem reunião com todos, eles visitam. [...] Elas pegam lá na Promoção,²⁰ as famílias vão buscar na Promoção. Aí eles ligam, eles têm o contato de todo mundo, que aqui pega,²¹ né?! Aí eles liga “ó, o teu cartão chegou, tal, tal.” Eles se comunica muito bem.²²

Esse maior conhecimento também é demonstrado na fala de Shirlene, em que ela explica o processo de entrada no Programa, com o cadastramento e o recebimento do cartão magnético:

²⁰ Possivelmente se referindo a um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social de Babaçulândia.

²¹ A entrevistada está querendo dizer que no Acampamento Ilha Verde tem sinal de telefonia móvel (celular).

²² Entrevista realizada na casa de Valderice, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

Ah, primeiro a gente vai, a gente vai lá na assistência social lá, aí fala, a gente tem que levar primeiro. Tem que ter negócio de baixa renda, a gente vai lá, fala o nome da gente, a gente vai fazer o cadastro, aí desse cadastro a gente espera não sei quanto tempo, aí vem. A gente fica procurando, procurando, aí vem o cartão. Primeiro... Tem vez que vem a senha antes do cartão, tem vez que vem só o cartão e não vem a senha, aí é assim. Aí a gente vai ficando... [...] Não é eles que vêm, a gente que vai atrás.²³

Nas falas, as mulheres do Acampamento revelam níveis diferentes de compreensão sobre o Programa Bolsa Família, ainda que façam parte da mesma comunidade. As mulheres que têm um grau de escolaridade mais alto são as que demonstram maior conhecimento sobre o programa.

Quando se observa o perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família nas pesquisas, percebe-se que a maioria tem grau de escolaridade muito baixo. Na pesquisa de Sousa (2013), a maioria das mulheres tem grau de escolaridade baixo (apenas 70% concluíram o Ensino Fundamental), estão na faixa etária de 21 a 40 anos (63%) e têm dois filhos (35%). A maioria encontrava-se desempregada (67%), e entre as que tinham ocupação, 25% trabalhavam como costureiras, diaristas, chapeleiras, cabeleireiras e 9% como empregadas domésticas, ou seja, ocupações relacionadas ao cuidado da casa, que historicamente são tidas como tarefas femininas.

A pesquisa realizada no Acampamento Ilha Verde apresentou resultados semelhantes. A idade das mulheres variou entre 24 e 48 anos, 85% têm de dois a três filhos e em alguns casos, além dos filhos biológicos, cuidam de sobrinhos e netos. O grau de escolaridade varia, mas 57% delas não concluíram o Ensino Fundamental. A baixa escolaridade é um fator inibidor do empoderamento na dimensão pessoal, porque limita a participação das mulheres como membros de uma sociedade, impedindo-as de exercerem seus direitos como cidadãs (ZAPATA-MARTELO et al., 2008).

²³ Entrevista realizada na casa de Shirlene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

Para Abreu (2012), ainda que as possibilidades de gerar autonomia nas mulheres sejam limitadas, apenas o fato de serem as titulares do benefício traz a elas impactos tanto sociais como financeiros e simbólicos. Para receberem o benefício elas precisam de documentação civil (Registro Geral de identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF), documentos que muitas não têm antes de fazer seu Cadastro Único. No Acampamento Ilha Verde nenhuma das entrevistadas relatou não ter documentação civil no momento de se registrar no Cadastro Único.

Em relação às condicionalidades, os posicionamentos dos autores são diversos. Entre aqueles que se manifestaram a favor dos compromissos que as famílias têm de assumir, o argumento é de que, com as condicionalidades, as mulheres passam a frequentar grupos de orientação nas áreas de saúde e educação, diminuindo o isolamento social a que estão submetidas no espaço doméstico e expandindo sua rede de relações interpessoais (RIOS, 2011). Shirlene demonstra ter conhecimento sobre as condicionalidades, explicando como é feito o controle das informações:

Ficar estudando, pesando, vacinando. Tudo isso. A frequência na escola, tudo isso. [...] De ano e ano eles pedem, e vem o tempo que a gente tem que pesar, tem que levar o cartão da vacina... Isso tudo eles... A frequência da escola a gente não precisa levar não, eles mesmo têm lá o controle lá no sistema deles.²⁴

Para Maisa Miralvada da Silva (2012, p. 187), há uma “supervalorização da mulher na responsabilidade com o grupo familiar, seja para receber benefício, seja para cumprir as condicionalidades a ele vinculadas”. Entre as críticas ao fato de a mulher ser a titular do benefício, está a sua maior responsabilização na dimensão privada (BARROS, 2012), como se ela fosse a única responsável pela família e pelo cumprimento das condicionalidades.

²⁴ Entrevista realizada com Shirlene, citada anteriormente.

Os autores que discordam do estabelecimento das condicionalidades argumentam que as mulheres são as principais responsáveis pelo seu cumprimento (FREITAS, 2011), algo que as impede de usar o tempo livre para se desenvolverem. Observam que as condicionalidades não garantem o rompimento de seu isolamento e reforçariam as questões de gênero ao reafirmarem os papéis de mãe, cuidadora e responsável pela família, sobrecarregando as mulheres e não favorecendo o seu empoderamento (GOMES, 2011). Quando se questiona as condicionalidades, no entanto, não se leva em conta que manter os filhos na escola e o acompanhamento de saúde são atividades tidas como responsabilidade da mulher, algo construído historicamente e não pelo Bolsa Família em si.

Para Barros (2012), as condicionalidades do programa geram uma responsabilidade extra para as mulheres, além das tarefas que lhes são atribuídas tradicionalmente. Isso foi verificado no Acampamento Ilha Verde. Muitas mulheres relataram que não recebem a visita dos entrevistadores do Cadastro Único, nem dos técnicos do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e, por isso, precisam ir à cidade para resolver questões relacionadas ao benefício, como afirma Alcione: *“Aqui no acampamento eles nunca vieram aqui. [...] Se tem alguma coisa a gente procura lá, a Promoção Social,²⁵ né, que a gente procura. Informação né? Saber de alguma coisa”*.²⁶

Nas palavras de Mariano e Carloto (2009), as responsabilidades cotidianas da “mulher-mãe” ou daquela que assume esse papel – tais como a realização do Cadastro Único para inclusão da família no programa e a atualização do referido Cadastro (buscando beneficiar o arranjo familiar) – são reforçadas pelo Estado e atuam sobre o tempo livre da mulher. Para muitos autores, o Programa Bolsa Família contribui para a manutenção de padrões de relações de gênero desiguais, pois reforça as questões de gênero (GOMES, 2011, MIRANDA, 2012).

²⁵ A entrevistada está se referindo a um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social de Babaçulândia.

²⁶ Entrevista realizada com Alcione, citada anteriormente.

Enquanto a mulher é identificada como mãe e responsável pelos negócios da família, há uma grande invisibilidade dos homens (BARROS, 2012). Sousa (2013) concorda, afirmando que no Bolsa Família as mulheres são vistas como as principais responsáveis pelas famílias e gerenciadoras dos recursos governamentais. A Lei nº 10.836/2004 que cria o Programa Bolsa Família estabelece no artigo 2º, parágrafo 14, que o pagamento do benefício será feito preferencialmente à mulher. Ou seja, desde o início do Programa a mulher é a titular do benefício. Advém daí a crítica que com o programa o Estado **reforça a divisão tradicional do trabalho entre os sexos**, pois percebe a mulher como um instrumento para que o dinheiro seja usado em prol das crianças e da família como um todo.

Na pesquisa realizada no Acampamento Ilha Verde, também se observou a invisibilidade dos homens, pois as mulheres, em seus relatos, se veem como as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, como manter a frequência dos filhos na escola e o calendário de vacinação em dia. Nos relatos, elas sempre usam o pronome “eu” para se referir à pessoa responsável pelo cumprimento dessas tarefas. Shirlene narrou que acorda de manhã e arruma a filha para ir à escola, de modo que a menina mantenha a frequência escolar.²⁷

O controle sobre crianças e adolescentes (para o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família) e a participação em reuniões e demais atividades propostas pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento do programa sobrecarregam as mulheres (MARIANO; CARLOTO, 2009). Embora os responsáveis pelo programa afirmem que o foco é auxiliar as famílias a cumprirem as condicionalidades e não puni-las, o não cumprimento sucessivo leva ao bloqueio do benefício, e ao seu posterior cancelamento, o que configura uma punição. Ainda que o benefício consiga suprir as neces-

²⁷ Entrevista realizada com Shirlene, citada anteriormente.

sidades da família, a mulher não é valorizada. Para uma transformação das relações de gênero, seria necessário que os homens também se envolvessem com as atividades e condicionalidades do programa (GOMES, 2011).

Mariano e Carloto (2009) destacam que as mulheres pobres estão sujeitas a obrigações impostas pelo Estado, o que gera efeitos sobre o tempo e o trabalho femininos, impedindo-as de se inserirem no mercado de trabalho ou em atividades de qualificação profissional. Na busca de quebrar o ciclo da pobreza, existem iniciativas que visam à inclusão produtiva, de modo complementar ao Programa Bolsa Família. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é um exemplo, pois visa a fomentar a autonomia e a independência, oferecendo condições para a inserção no mercado de trabalho.

Nas entrevistas realizadas, nenhuma das mulheres do Acampamento Ilha Verde relatou ter participado de cursos por meio do Programa Bolsa Família ou do Pronatec. Shirlene, quando questionada sobre esse assunto, responde que nunca participou. Janete também expressa uma resposta semelhante: “*Não to lembrando não*”.²⁸ Jucilene²⁹ também se mostra convicta ao dizer que não, o que confirma que os programas complementares não alcançaram essas mulheres.

Os programas complementares, como o Pronatec, buscam quebrar o ciclo da pobreza, mas Mariano e Carloto (2009) alertam que os cursos oferecidos estão ligados às atividades tidas como femininas, como culinária e costura, reforçando as questões de gênero. Algumas mulheres relataram ter participado de outros cursos no Acampamento Ilha Verde. Valderice, líder do acampamento, relata sobre cursos oferecidos em parceria com a prefeitura:

²⁸ Entrevista realizada com Janete, citada anteriormente.

²⁹ Entrevista realizada na casa de Jucilene, no Acampamento Ilha Verde, no dia 4 de junho de 2015.

Assim... Ah, eu esqueci. É... o Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural] também, ah é, o Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial] beneficiamento de mandioca. É porque é tanta coisa, que a gente esquece. [...] Beneficiamento de mandioca, é..., pelo Senar também... [...] As mulheres participaram do curso Mulheres Empreendedoras. [...] Elas aprenderam como vender os produtos que elas têm aqui, né?! Por exemplo, eu gastei 50 reais, como que eu vou vender meus produtos pra mim tirar aqueles 50 reais e ter o meu lucro. Tudo isso elas já aprenderam.³⁰

Alcione também relata a sua participação em cursos: “A gente já participou de um curso de empreendedorismo aqui mesmo do Senai e eu fiz o outro cursinho de mandioca que a gente recebeu certificado do Senai também.”³¹

A maioria das mulheres entrevistadas narrou que não participou de cursos de geração de renda. A falta de apoio técnico e capacitação administrativa constituem fatores que inibem o empoderamento ao plano coletivo, uma vez que a carência de conhecimentos das mulheres sobre o manejo financeiro e administrativo faz com que fracassem os pequenos negócios que elas decidem iniciar (ZAPATA-MARTELO et al., 2008).

Uma vez que o benefício oferecido pelo Programa Bolsa Família tem um valor pequeno, às vezes insuficiente para a satisfação das necessidades básicas, o quadro de pobreza das mulheres não se altera. No estudo de Sousa (2013), a maioria das beneficiárias encontrava-se desempregada ou subempregada, segundo os dados do Cadastro Único.

As mulheres do Acampamento Ilha Verde não reportam a si mesmas como desempregadas, devido à atividade econômica de comercialização de verduras e legumes, bem como de peixes, na feira. A inserção nessa atividade econômica, no entanto, não se deu por meio dos programas complementares ao Bolsa Família, mas devido à organização da comunidade no Acampamento, porque é imprescindível que elas produzam para permanecer no local e

³⁰ Entrevista realizada com Valderice, citada anteriormente.

³¹ Entrevista realizada com Alcione, citada anteriormente.

garantir a posse da terra. Antes de morar no Acampamento Ilha Verde, boa parte dessas mulheres tinha vínculos precários de trabalho, como diaristas, empregadas domésticas, contratos de prestação de serviço com o poder público, trabalho em lojas, bares, entre outros.

Batliwala (1997) explica que muitas vezes os esforços estão centrados no melhoramento das condições diárias das mulheres, o que restringe a sua consciência a respeito do baixo *status* econômico e social em relação aos homens. Isso também diminui sua disposição para atuar contra as estruturas reforçadoras dos processo de subordinação e desigualdade, estruturas pouco visíveis, porém muito poderosas. Nas falas das mulheres pesquisadas no Acampamento Ilha Verde identificou-se que elas *não percebem as estruturas que reforçam a subordinação, assumindo como sua responsabilidade diversas atividades diárias*, como o cuidado com a horta, com os filhos e a casa.

No Acampamento, apenas uma das mulheres divide com o esposo o cuidado com o filho. Janete relata que o companheiro fica com a criança quando ela está estudando. As demais mulheres não conseguem dividir com seus companheiros as responsabilidades em relação à casa e aos filhos. Ana Paula Bernardes da Silva (2012) relata que a situação é a mesma em outras comunidades rurais, com as mulheres desejando que os homens contribuam nas tarefas de casa, porém permanecendo o modelo tradicional da família nuclear.

Entre os diversos posicionamentos sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres, há autores que argumentam que o programa é contraditório: “ao mesmo tempo que reforça a importância e o papel da mulher como elemento de mediação entre o público e o privado”, também reafirma “o papel da mesma na dinâmica familiar, colocando-a como grande responsável pela criação e pelo cuidado com as crianças da família” (SILVA, A. P. B., 2012, p. 46). Cruz (2014, p. 14) também destaca que o programa é paradoxal e permeado por tensões:

Por um lado, delegar mais responsabilidades a essas mulheres pode reforçar a desigual divisão do trabalho doméstico, sobrecarregá-las em suas históricas funções sociais e sugerir que assim o PBF acentua as desigualdades entre os gêneros. Por outro lado, o acesso à renda, ter um dinheiro próprio e que poderão escolher como gastá-lo, pode iniciar um processo de desestabilização das hierarquias de poder internalizadas nas famílias. Essas mulheres podem começar a alcançar potencialidades de transformar as negociações cotidianas, [...] como, por exemplo, não ter que pedir mais dinheiro para o marido para realizar os gastos com a casa e com os filhos. [...] a obrigatoriedade em cumprir as condicionalidades [...] pode auxiliar para que descubram ter outras capacidades, ampliando os lugares por onde circulam e [...] rompam com a barreira do âmbito privado do lar.

Segundo Ana Paula Bernardes da Silva (2012), embora o Bolsa Família não tenha como objetivo empoderar as mulheres, mas diminuir a pobreza, ele poderia interferir nas relações de gênero, uma vez que confere renda às mulheres, no entanto a renda não é suficiente para tirar a mulher da posição de subalternidade, ainda que seja uma dimensão importante.

Nadú, Simão e Fonseca (2013) explicam que o fato de receber o benefício ajudou na decisão de separação conjugal e auxiliou na manutenção da família. Embora o controle das mulheres sobre a própria vida seja mínimo, estando sempre atreladas ao comportamento e desejos do homem, as beneficiárias têm consciência das desigualdades, desejando que a situação mudasse, sobretudo quanto à participação dos companheiros na educação dos filhos. As autoras buscaram compreender se o benefício do Programa Bolsa Família contribui para o “empoderamento da mulher no sentido de favorecer sua autonomia e propiciar transformações [...] nas relações de gênero estabelecidas entre o casal” (NADÚ; SIMÃO; FONSECA, 2013, p. 1), mas perceberam que a cristalização dos papéis sociais mantém as mulheres aprisionadas nas tarefas relacionadas ao cuidado e à maternagem, impedindo-as de ter acesso a outras oportunidades.

Ana Paula Bernardes da Silva (2012) alerta que o empoderamento, além do viés individual, é também político, sobretudo quanto à participação das mulheres nas decisões da comunidade, o que também não foi identificado nas mulheres do Acampamento Ilha Verde: elas não possuem participação política. Rios (2011) concorda que o empoderamento político das beneficiárias é tão importante quanto sua autonomia financeira.

Algumas Considerações

Esta pesquisa buscou investigar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres beneficiárias do Acampamento Ilha Verde. Essas mulheres lidam com duas fontes monetárias: o benefício do Programa e a renda proveniente da venda de produtos na feira, no entanto essas atividades perpetuam os papéis tradicionais de gênero porque estão ligadas a ações culturalmente tidas como femininas: padrões culturais internalizados pelas mulheres.

A partir das relações de gênero, compreendeu-se que a participação das mulheres nos processos de tomadas de decisão restringem-se às questões domésticas, como a aquisição de alimentos, vestuário e remédios para os membros da família. Apesar de as mulheres narrarem que são elas as responsáveis pela administração do benefício do Programa Bolsa Família, os bens adquiridos são unicamente para manter a sobrevivência de suas famílias.

A partir das discussões sobre gênero e empoderamento, e por meio das narrativas das mulheres, percebeu-se que o Bolsa Família não provocou transformações no cotidiano das famílias do Acampamento Ilha Verde. Esse cotidiano permanece inalterado, uma vez que as mulheres mantêm, fortalecem e reproduzem as relações de gênero.

O Programa Bolsa Família, ao priorizar as carências de recursos materiais sem abordar questões subjetivas e às vezes intangíveis, como a desigualdade de gênero, pode não ser uma estratégia eficaz para empoderar

as mulheres. Para superar a pobreza é preciso trabalhar em aspectos-chave, como a autoestima, a autonomia e a participação feminina. E, para isso, o Programa Bolsa Família deveria estar articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), como preconizam as normativas do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de modo que as beneficiárias possam ser inseridas nos grupos e atividades comunitárias. Para atender às necessidades das mulheres e contribuir para um maior acesso aos direitos e expansão de sua cidadania, é necessário partir de uma compreensão das desigualdades regionais em suas especificidades, criando políticas e serviços que atendam às demandas de grupos específicos.

A pesquisa buscou atender à carência de estudos sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família que residem em acampamentos e poderá contribuir para o debate de planejamento de ações, com sugestão de variadas formas de intervenção e acompanhamento em comunidades que vivem numa situação similar à do Acampamento Ilha Verde.

Para trabalhos futuros sugere-se que sejam entrevistados os agentes públicos ligados à gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, bem como ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), de modo a analisar como eles veem o Programa Bolsa Família e sua potencialidade de empoderamento da mulher.

Referências

- ABREU, D. N. *Ação complementar do Programa Bolsa Família em Congonhas-MG: correlação de Políticas Públicas e Gênero*. Conselheiro Lafaiete. 2012. Monografia (Especialização em Gestão em Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BARROS, L. C. D. *Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu – Niterói*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BATLIWALA, S. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, M. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997. Disponível em: <http://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4_Batliwala_1997.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRASIL. *Decreto 5.209, de 17 de dezembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 1º mar. 2015.

_____. *O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero*. Brasília: MDS/Agende. 2006. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/PBF%20e%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *A extrema pobreza em seu município – Babaçulândia, Brasília, DF: MDS/SAGI*. 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>> Acesso em: 3 jan. 2016.

COSTA, R. G. da; SILVEIRA, C. M. H.; MADEIRA, M. Z. de A. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, Paraíba. *Anais...* Paraíba, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/56/196>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

CRUZ, L. R. da. O Programa Bolsa Família e perspectivas de gênero: análises transversais. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 19., 2014, São Pedro. *Anais...* São Pedro, SP, 2014. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-33-596-81.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. de R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014.

FRAGA, G. W. Memórias de terras e de águas: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960_ARQUIVO_memoriasdeterrasedeaguas2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

FREITAS, S. M. de. História oral: possibilidades e procedimentos. *Eccos Revista Científica*, Universidade Nove de Julho, v. 5, n. 1, jun. 2003.

FREITAS, A. M. L. de. *Políticas públicas, gênero e autonomia econômica das mulheres: uma análise de programas do governo brasileiro no período de 2000 a 2007*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Montes Claros, 2011.

GOMES, S. da S. R. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Programa Bolsa Família no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, p. 69-81. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8560/6425>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

HORTA, J. L. G.; CARRILLO, M. del R. A.; ZAPATA-MARTELO, E. ¿Empoderan las microfinanzas? Un estudio de caso en Mexico. In: PARENTE, T. G.; MIRANDA, C. M. (Org.). *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas: UFT; EDUFT. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Informações completas Censo Demográfico de 2010*. Babaçulândia: Ferramenta Cidades. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|babaculandia|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

JANNUZZI, P. de M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 5, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 18, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc. Estado.*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 393-417, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2014.

MESQUITA, C. S. *O Programa Bolsa Família: análise de seu impacto e alcance social*. Brasília. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, UNB, 2007.

MIRANDA, C. M. *Integração de políticas de gênero no Estado: Brasil e Canadá em perspectiva comparada*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MOCELIN, C. E. *Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 43-67, abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14360>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NADÚ, A. do C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M. do C. Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família em Contagem: breves reflexões. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87C%C3%95ES%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DLIA%20EM%20CONTAGEM%20BREVES%20REFLEX%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

PORTELLI, A. História oral como gênero. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História – História e Oral – Projeto História*, v. 22, São Paulo: PUC-SP, p. 9-36, jun. 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Voices do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

RIOS, D. F. F. *O Programa Bolsa Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí – MG*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Flasco-Brasil, Série Estudos e Ensaio*, Ciências Sociais, jun. 2009. Disponível em: <http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SALVATICI, S. Memória de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Trad. Luiz Antônio Rodrigues Ribeiro Campos. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>>. Acesso em: 1º mar. 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1990.

SILVA, A. P. B. da. *Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado-MG*. Rio de Janeiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, UFF. 2012. Disponível em: <http://www.btd.ndc.uff.br/tde_arquivos/22/TDE-2012-11-08T071448Z-3392/Publico/AnaPaulaBernardesDaSilva.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SILVA, M. M. *A concepção da política de assistência social e sua efetivação em municípios goianos: o novo jargão e o conservadorismo renitente*. 2012. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17309/1/2012_MaisaMiralvadaSilva.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SOUSA, R. M. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da Questão Social. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10. – DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 2013, Florianópolis. *Anais...* 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386698355_ARQUIVO_RobertaMenezesSousa.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2014.

ZAPATA-MARTELO, E. et al. *Microfinanciamiento y empoderamiento de mujeres rurales: las cajas de ahorro y crédito en México*. 1ª reimp. México: Plaza y Valdés, 2008.